



destaques do mês

Consórcio formado por Petrobras e mais quatro empresas vence leilão de Libra

O consórcio formado pelas empresas Petrobras, Shell, Total, CNPC e CNOOC arrematou no dia 21 de outubro o campo de Libra e foi o vencedor do primeiro leilão do pré-sal sob o regime de partilha – em que parte do petróleo extraído fica com a União. Único a apresentar proposta, contrariando previsões do Governo, o consórcio ofereceu repassar à União 41,65% do excedente em óleo extraído do campo – percentual mínimo fixado pelo Governo no edital. Nesse leilão, vencia quem oferecesse à União a maior fatia de óleo – o regime se chama partilha porque as empresas repartem a produção com a União. O consórcio vencedor também terá que pagar à União um bônus de assinatura do contrato de concessão no valor de R\$ 15 bilhões. Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), esse valor deve ser pago de uma vez. O pagamento tem que estar depositado para que o contrato seja assinado – o que Magda Chambriard, Diretora Geral da Agência, previu que aconteça em cerca de 30 dias. A Petrobras deverá arcar com 40% desse pagamento. A Petrobras terá a maior participação no consórcio vencedor, de 40%. Isso porque, embora a proposta aponte uma fatia de 10% para a estatal, a empresa tem direito, pelas regras do edital, a outros 30%. A francesa Total e a Shell terão, cada uma, 20%. Já as chinesas CNPC e CNOOC terão 10% cada. Apesar da proposta única, o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e a Diretora-Geral da ANP, Magda Chambriard, adotaram um discurso otimista nas respostas aos jornalistas que os questionaram sobre o resultado do leilão, diferente da previsão do Executivo. (21.10.2013 – O Globo)

Estados buscam novos recursos para ampliar investimento em PPPs

Os Estados estão à cata de recursos para a gestão de parcerias público-privadas (PPPs), que agora estão se disseminando com mais vigor. Para isso, Estados como São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia e Goiás buscam soluções que passam pela alienação de imóveis, aporte em recebíveis, empréstimos e chegam até a destinação de parcela de repasses da União, como o Fundo de Participação dos Estados (FPE). A corrida dos Estados busca fazer frente ao ritmo de avanço das PPPs no cenário de investimentos. Dados do Observatório PPP Brasil mostram que, neste ano, 12 contratos de PPPs foram firmados por governos estaduais. O número impressiona se comparado com o estoque de 18 contratos firmados de 2005 até o ano passado. "Nos próximos meses, há potencial para a assinatura de mais seis a oito projetos", diz Bruno Ramos Pereira, Coordenador do PPP Brasil. Ele fez um levantamento minucioso do estágio das PPPs em todo o País e detectou várias com "maturidade avançada" em outubro. Dos 41 projetos em andamento desde o ano passado, 15 já estão com consulta pública encerrada. (10.10.2013 – Folha de S.Paulo)

painel

■ Abertura de Audiência Pública para Edital do Leilão Nº11/2013

A Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou no dia 22 de outubro abertura de Audiência Pública com o objetivo de colher contribuições ao Edital do Leilão Nº 11/2013 para contratação de serviço público de transmissão de energia elétrica nos Estados do Pará, Minas Gerais, Tocantins e Goiás. O empreendimento contempla o elo de corrente contínua que conectará a Usina Hidrelétrica de Belo Monte à região Sudeste. A previsão é que o leilão seja realizado em 07/02/2014. Para mais informações acesse www.aneel.gov.br

■ 2º Leilão de Energia A-5/2013

O 2º Leilão de Energia A-5/2013, que será realizado no dia 13 de dezembro, atingiu o maior número de empreendimentos cadastrados para um certame desde que o Governo Federal passou a realizar leilões públicos para contratação de energia elétrica, em 2005. Foram inscritos junto à Empresa de Pesquisa Energética – EPE um total de 929 empreendimentos, perfazendo uma capacidade instalada também recorde de 35.067 MW. Para mais informações acesse: www.epe.gov.br

BNDES estima desembolso de quase R\$ 30 bilhões para logística até 2015

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estima desembolsos de quase R\$ 30 bilhões para projetos de logística nos próximos dois anos. As previsões, que ainda não incluem os financiamentos às concessões dos aeroportos de Confins (MG) e Galeão (RJ), apontam R\$ 12,2 bilhões em desembolsos em 2014 e R\$ 17,1 bilhões em 2015. Neste ano, a expectativa da instituição é liberar R\$ 9,5 bilhões para projetos de transporte aéreo, aeroportos, armazéns, dutos, navegação, portos, rodovias e ferrovias. Desse montante, segundo o Banco, cerca de um terço será destinado aos aeroportos. (25.10.2013 – Valor Econômico)

ALL negocia sociedade para setor portuário

O grupo de concessões de ferrovias América Latina Logística (ALL) começou a negociar com potenciais parceiros uma sociedade para disputar concessões no setor portuário. Segundo o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da ALL, Rodrigo Campos, a Companhia estuda "fortemente" terminais na região onde atua - como Santos (SP) e Paranaguá (PR). "O modelo é extremamente positivo. O porto, quando mais produtivo, gera uma grande produtividade para a companhia", afirma. Segundo ele, os parceiros finais podem ser da área financeira, operadores logísticos de portos e até clientes da companhia, que estariam interessados em investir e depois receber as cargas da ferrovia. "Quem tiver um terminal vai precisar de carga. A gente tem condições de falar 'se você fizer um investimento grande [no terminal], eu posso garantir o volume'", diz. Os terminais são, atualmente, a principal limitação da ALL para o crescimento operacional. Os números têm sido prejudicados a cada trimestre mesmo com o campo produzindo safras recordes. De julho a setembro, o volume transportado caiu 5,7% contra um ano antes. Em commodities agrícolas, ramo mais afetado pelos problemas nos portos, os volumes caíram 9,2%. (06.11.2013 – Valor)

Plano decenal de energia eleva em 5% a projeção de investimentos no setor

O documento, que traça os rumos para os setores de petróleo e gás natural, energia elétrica e de biocombustíveis, prevê investimentos de R\$ 1,151 trilhão nos próximos dez anos. O valor é 4,92% superior à projeção de investimentos no plano anterior, que levava em conta o horizonte 2012-2021. O setor de petróleo e gás natural concentrará a maior parte dos investimentos, R\$ 835 bilhões, o equivalente a 72,5% do total previsto até 2022. Na mesma comparação, o setor de energia elétrica também apresentou queda, de 3,34%, e deve receber R\$ 260 bilhões de investimentos. O setor de biocombustíveis foi o mais prejudicado na comparação com o PDE 2021. Os investimentos previstos para a área no plano recém-divulgado alcançam R\$ 56 bilhões, equivalente a uma queda de 29,1% em relação ao previsto no plano anterior (R\$ 79 bilhões). Na área de energia elétrica, o Ministério prevê que a capacidade instalada do parque de geração brasileiro salte dos atuais 119,535 mil megawatts (MW) para 183,053 mil MW, significando uma variação de 53%. Entre as principais fontes de energia, o Governo estimou elevação de oferta de termelétricas a gás natural, passando de 11,218 mil MW para 14,065 mil MW. A expectativa não é a mesma para o carvão. O Ministério de Minas e Energia não prevê capacidade instalada

■ Leilão ANEEL de geração existente (A-1)

A ANEEL aprovou a realização do certame referente à contratação de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes (leilão A-1). O leilão está previsto para o dia 17 de dezembro deste ano.

Para mais informações acesse: www.aneel.gov.br

■ Anel fará novo leilão de transmissão ainda neste ano

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou na terça-feira a realização de um novo leilão de linhas de transmissão ainda neste ano. A licitação, marcada para 13 de dezembro, vai ofertar os quatro lotes que foram retirados do próximo leilão, marcado para 14 de novembro. Para mais informações acesse: www.aneel.gov.br

■ Leilão dos aeroportos de Confins e Galeão

Foi adiado para o dia 22 de novembro os leilões dos aeroportos de Confins (Belo Horizonte) e Galeão (Rio de Janeiro). O BNDES vai financiar até 70% dos investimentos de longo prazo dos futuros concessionários. Mais informações no site: <http://www.bndes.gov.br>

adicional para usinas desse tipo ao longo dos próximos dez anos, estabilizando o número em 3.205 MW. O volume é igual ao projetado no PDE 2021. Apesar disso, seis usinas do tipo (que somam 3.340 MW) se inscreveram para o próximo leilão A-5 (que negocia contratos para início de fornecimento de energia em cinco anos), marcado para dezembro. (25.10.2013 – Valor Econômico)

Investimento na economia vai atingir R\$ 3,98 trilhões em quatro anos

Os investimentos na economia brasileira devem crescer cerca de 26% entre 2014 e 2017, na comparação com os quatro anos imediatamente anteriores. Os dados fazem parte da pesquisa Perspectivas de Investimento no Brasil 2014-2017, divulgada nesta segunda-feira pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As empresas que atuam no País devem investir R\$ 3,98 trilhões a partir do ano que vem até 2017. Os investimentos na economia de 2009 a 2012 foram aproximadamente R\$ 3,15 trilhões. De acordo com o Economista-Chefe do BNDES, Fernando Pimentel Puga, após queda na participação do Produto Interno Bruto (PIB) de 19,1% para 18,1% entre 2011 e 2012, influenciada pela crise financeira mundial, a trajetória de alta da taxa de investimento está sendo retomada. Puga ressaltou os investimentos na indústria, que devem superar R\$ 1,1 trilhão, com aumento de 24,3% em relação às aplicações dos quatro anos anteriores. O economista adiantou que o setor de petróleo e gás vai liderar os investimentos na indústria, com previsão de R\$ 458 bilhões para o quadriênio 2014-2017, contra R\$ 311 bilhões no quadriênio anterior. Ele também chamou a atenção para o setor automobilístico, com a sinalização de maior dinamismo do consumo de bens duráveis. Os investimentos no setor automotivo (montadoras e peças) são estimados em R\$ 74 bilhões. Ainda na indústria, os setores de extração mineral e siderurgia foram os únicos com previsões de queda para os próximos quatro anos. Em comparação com 2009-2012, os investimentos no setor de minério no período devem cair 31,9% (R\$ 47,7 bilhões ante R\$ 70 bilhões) e no setor de siderurgia, 68,2% (investimentos de R\$ 10,4 bilhões ante R\$ 32,6). O estudo sugere que a queda dos investimentos no setor extrativista mineral deve-se ao arrefecimento da demanda, ao excesso de capacidade da indústria de mineração e ao aumento dos custos operacionais em quase todos os países produtores. (21.10.2013 – Valor Econômico)

Pesquisa da CNT indica deficiências em 63,8% da malha rodoviária

O estado geral das rodovias brasileiras piorou, de acordo com a 17ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias, referente ao ano de 2013. Segundo o mais recente levantamento da Confederação Nacional do Transporte, 63,8% da extensão avaliada apresentou “alguma deficiência no pavimento, na sinalização ou na geometria da via”. No ano passado, o índice havia sido de 62,7%. Segundo a CNT, os pontos críticos identificados na pesquisa também aumentaram, passando de 221, em 2012, para 250 neste ano. Os pontos críticos, de acordo com a instituição, correspondem a “situações que trazem graves riscos à segurança dos usuários, como erosões na pista, buracos grandes, quedas de barreira ou pontes caídas”. Ainda de acordo com o levantamento da CNT, 67,3% da extensão pesquisada apresentou algum problema relacionado à sinalização –

em 2012, o percentual era de 66,2%. O pavimento demonstrou alguma deficiência em 46,9% do total avaliado neste ano, ante 45,9% do levantamento referente a 2012. E em relação à geometria da via, o percentual da extensão avaliada que não apresentou condições favoráveis subiu de 77,4% para 77,9% entre 2012 e 2013. Segundo a CNT, 88% da extensão pesquisada corresponde a pistas simples e de mão-dupla e 40,5% do total avaliado não possui acostamento. Foram avaliados 96.714 km ao longo de 30 dias, considerando a malha federal pavimentada e as principais rodovias estaduais. (01.11.2013 - Valor Econômico)

Obras ainda não atingiram metade do previsto em seis aeroportos da Copa

O Governo planejou, em 2011, uma série de melhorias para as 12 cidades-sede. Em seis aeroportos, porém, nem metade das obras de ampliação de terminais foi feita. Apesar da baixa execução dos serviços, a Infraero garante que todas as reformas estarão concluídas até junho do ano que vem, quando cerca de 600 mil turistas estrangeiros devem desembarcar no País, segundo a Embratur. Em duas cidades, as obras só devem terminar em 2015. As intervenções planejadas para os terminais de Porto Alegre e Fortaleza foram divididas em duas etapas. Apenas a primeira parte ficará pronta a tempo da Copa. "A conclusão da primeira etapa permitirá que esses aeroportos estejam aptos para atender a demanda prevista para o evento esportivo", segundo a Infraero. O levantamento do andamento das obras foi feito pela Infraero. A situação mais preocupante é a de Porto Alegre, onde as obras de reforma e ampliação do terminal de passageiros começou em setembro deste ano – embora, na Matriz de Responsabilidades, o início da reforma estivesse previsto para começar dois anos antes. Em Curitiba, a obra avançou 8,46% até agora. A construção começou em maio deste ano e deve ficar pronta em maio do ano que vem. Já em Salvador, onde as obras começaram em janeiro de 2013, os serviços atingiram 20%. A ampliação do terminal deve estar pronta até o início de 2014, ainda segundo a Infraero. A reforma do terminal de Fortaleza, iniciada em junho de 2012, chegou a 24,81% do total e deve ser entregue em março. Parte do atraso se deve a uma greve de operários e à demora na entrega do projeto executivo, segundo a Infraero. Também apresentam baixa execução de obra Minas Gerais (33,17%), Cuiabá (34,43%) e Rio de Janeiro (35,7%). As obras mais adiantadas são as de Natal (78,31%) e Manaus (70,96%), que devem ficar prontas em novembro deste ano e março do ano que vem, respectivamente. A maior parte das obras previstas pela Infraero envolve ampliação dos terminais de passageiros, readequação de pistas de pouso e reforma do viário que dá acesso aos aeroportos. (28.10.2013 - UOL Notícias)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de setembro de 2013 até 31 de dezembro de 2017

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	1.162	3.853	3.916	3.409	3.667	16.007
Otimista	1.162	3.853	3.916	3.499	3.931	16.361

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	887	1.504	258	0	50	2.699
Otimista	1.024	1.504	1.075	0	60	3.663

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	1.127	2.875	674	39	0	4.714
Otimista	1.369	4.839	2.514	1.205	199	10.126

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	3.175	8.232	4.848	3.448	3.717	23.420
Otimista	3.555	10.196	7.505	4.704	4.189	30.149

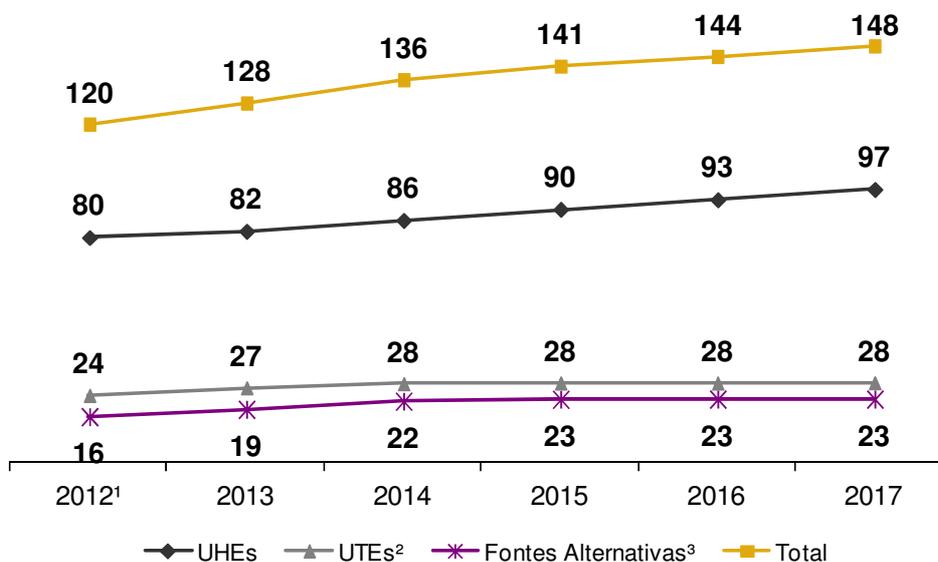
Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
 Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação
 Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

*Inclui as participantes e as não-participantes do Programa Proritário de Termelétricas.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 3,7% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2017.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 30,2 mil MW no período 2013-2017. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,8% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

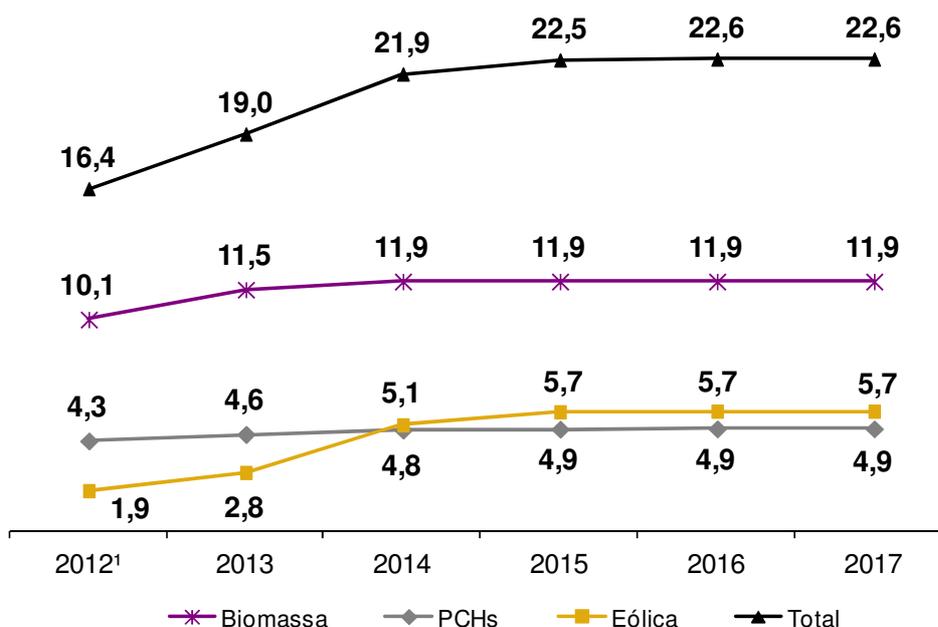
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2012.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2012.

Entre 2012 e 2017, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 21% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 19% no mesmo período. Em dezembro de 2012, a participação das UHEs foi de 66% na matriz elétrica nacional e deve manter este valor até 2017. A participação na capacidade total instalada das UTES deve cair de 20% em 2012 para 19% em 2017.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2017.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2017, passará de 2% para 4%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2013, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 6,3% e 2,4%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 16,4 mil MW de UHEs até 2017. Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2017, Cachoeira Caldeirão (AP) apresenta restrição de contratação de 219 MW e São Roque (SC) com restrição de contratação de 135 MW. No cenário conservador, 16,2 mil MW devem entrar em operação até 2017.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 3,7 mil MW até 2017, sendo que cerca de 2,7 mil MW (74%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio conta com dezesseis unidades geradoras em operação comercial e sete em fase de comissionamento, com previsão de entrada em operação, de forma sequencial, até o final do ano.

Durante o comissionamento de uma das novas unidades, ocorreu um curto-circuito no cubículo do disjuntor do gerador. O painel e alguns equipamentos adjacentes se queimaram, mas felizmente ninguém se feriu com gravidade. Apesar desse incidente, a Santo Antônio Energia ainda consiste em totalizar 24 máquinas em geração até dezembro de 2013.

As máquinas da UHE Santo Antônio estão conectadas à Rede Elétrica Regional Acre/Rondônia através do sistema Back-to-Back da Subestação Coletora de Porto Velho, contando ainda com a alternativa de conexão através da subestação provisória de 465 MVA, implantada pela Santo Antônio Energia. Porém o despacho da usina de Santo Antônio está limitado à capacidade do sistema regional até a entrada em operação do Sistema de Transmissão do Madeira.

A usina de Jirau, também no rio Madeira, colocou a primeira unidade em operação comercial em setembro. A energia gerada por esta primeira máquina (UG29, de fornecimento chinês) é toda direcionada ao sistema local Acre-Rondônia. De acordo com o cronograma do empreendimento, a ESBR prevê colocar em operação entre seis e dez unidades geradoras ainda neste ano.

A conexão definitiva das usinas do Madeira ao sistema interligado nacional, no Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, dependerá da entrada em operação do primeiro bipolo do Sistema de Transmissão do Madeira, em extra alta tensão. A linha de transmissão em corrente contínua em 600 kV, que faz parte do Sistema de Transmissão do Madeira, está em fase de testes e comissionamento. As Subestações Conversoras de Porto Velho 1 e Araraquara 1 estão em comissionamento, junto com a linha.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 366 MW de potência adicional até 2017. Já no cenário otimista, até 2017, devem entrar em operação um total de 1,4 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação dos 32 MW.

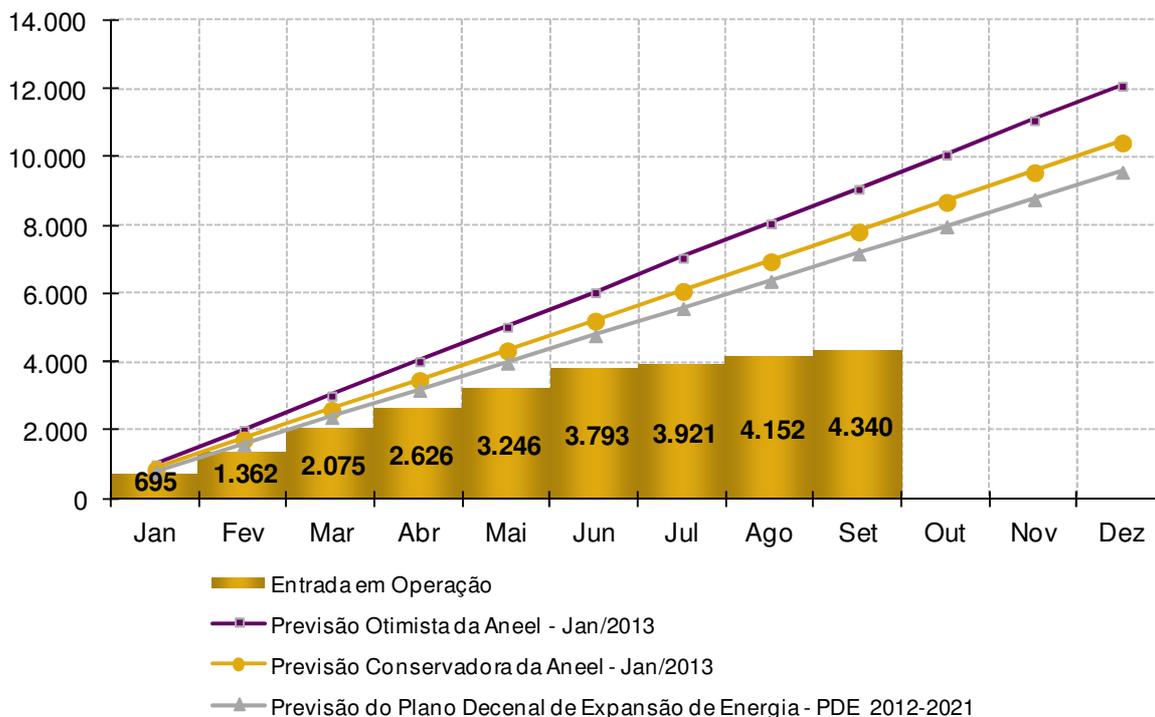
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 761 MW até 2017. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,9 mil MW para o mesmo período. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 7,2 mil MW, apenas 50% da potência (3,6 MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2017.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

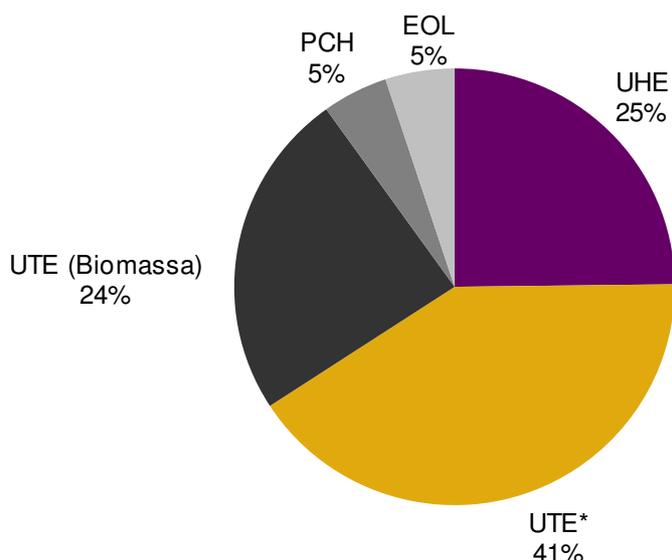
Expansão da Capacidade de Geração em 2013 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de agosto de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2013, até 15 de setembro, entraram em operação 4,3 mil MW. Desse total, as UTEs representaram 41% da potência total que entrou em operação. As UTEs de Biomassa representaram 24% da potência total instalada, as UHEs representaram 25%, as PCH e as EOL representaram 5% cada da capacidade instalada no período.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de setembro de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em setembro de 2013, 38.682 GWh, apresentando um valor 3% superior ao observado em setembro de 2012 e um valor 3% superior no acumulado do ano.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 15.567 GWh, valor semelhante ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, o consumo foi similar ao de setembro de 2012. O consumo industrial de energia elétrica representou 40% do total fornecido a consumidores livres e cativos em setembro de 2013.

De acordo com a EPE, o consumo industrial de energia fechou o terceiro trimestre com uma alta de 1,1% comparado com o terceiro trimestre de 2012. O consumo industrial tem apresentado comportamento distinto entre as regiões, variando de acordo com o perfil industrial de cada uma. Com destaque para o Estado de Tocantins que teve uma alta de 22% devido ao setor alimentício e à entrada de carga no setor químico. O Nordeste teve uma queda de 0,5% do consumo devido uma interrupção no fornecimento de energia no fim de agosto. O Sul e Centro-Oeste apresentaram crescimento respectivos de 5,0% e 13%. Este último foi impulsionado por uma expansão metalúrgica de não ferrosos e extração de minerais não metálicos.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Setembro 2012	Setembro 2013	Var. %	Jan-Set 2012	Jan-Set 2013	Var. %
Residencial	9.749	10.302	6	87.465	92.988	6
Industrial	15.578	15.567	0	137.589	137.448	0
Comercial	6.502	6.781	4	58.539	61.655	5
Outras	5.832	6.032	3	50.365	52.244	4
Total	37.661	38.682	3	333.958	344.335	3

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de setembro de 2013, foi de 65 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 9% maior do que o produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção de petróleo foi 3% inferior.

O grau API médio do petróleo produzido em agosto de 2013 foi de aproximadamente 24,5°, sendo que 9,4% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 63,6% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 27% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

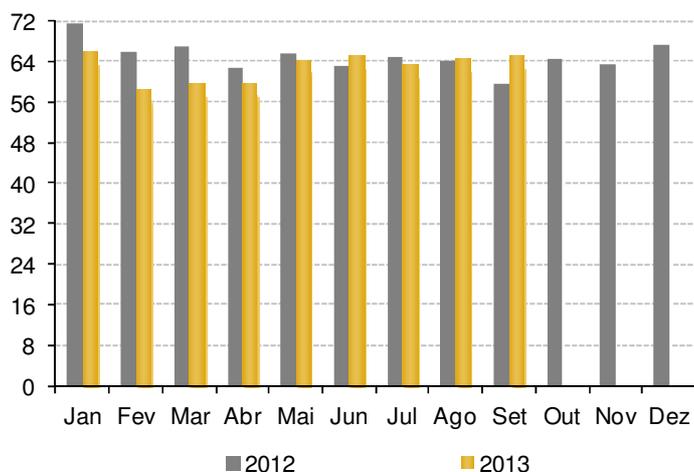
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em setembro de 2013, foi de 60 milhões de bep. Esse volume foi 1% inferior ao observado em setembro de 2012. No acumulado do ano, o processamento foi 8% superior.

De acordo com a ANP, em setembro de 2013, cerca de 92% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em setembro de 2013, foi de 17 milhões de bep, valor 4,5% superior ao exportado em setembro de 2012. No acumulado do ano, a queda foi de 40%. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os motivos para o recuo das vendas externas do petróleo são queda na produção e aumento do consumo interno do produto.

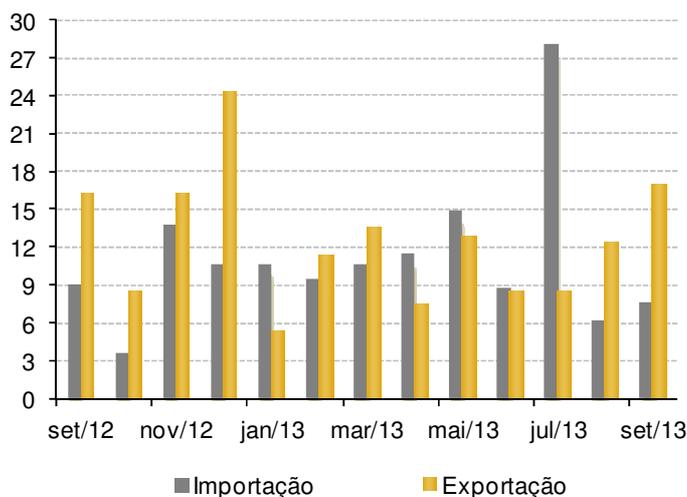
O preço médio do petróleo importado pelo País, em setembro de 2013, foi de US\$ 117,28/barril, valor 5,4% superior ao observado em setembro de 2012.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



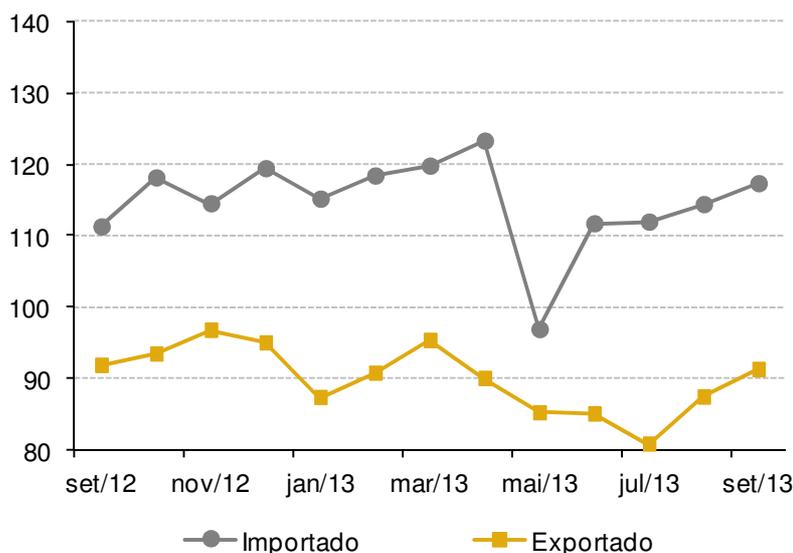
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

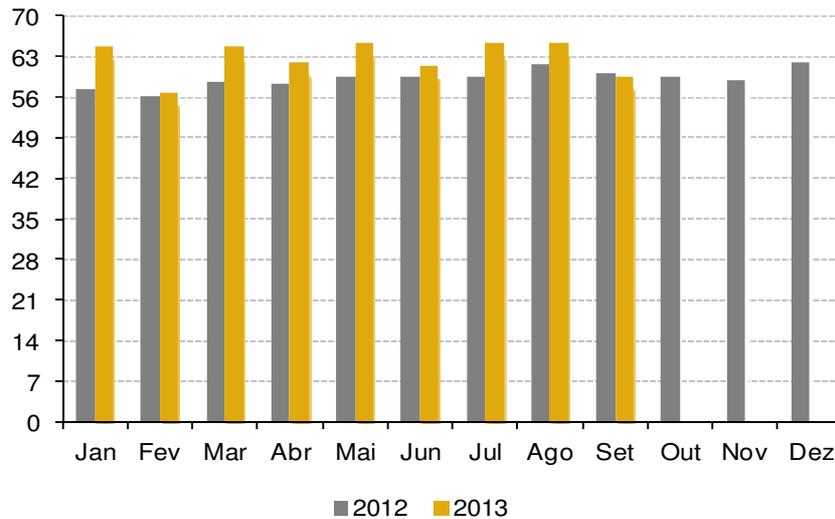


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

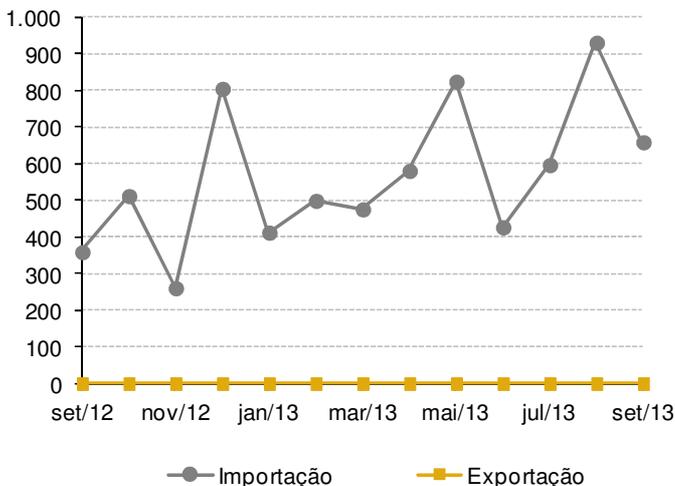
Em setembro de 2013, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 59 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), volume 1% inferior ao produzido em setembro de 2012. No acumulado do ano, o crescimento foi de 6%.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



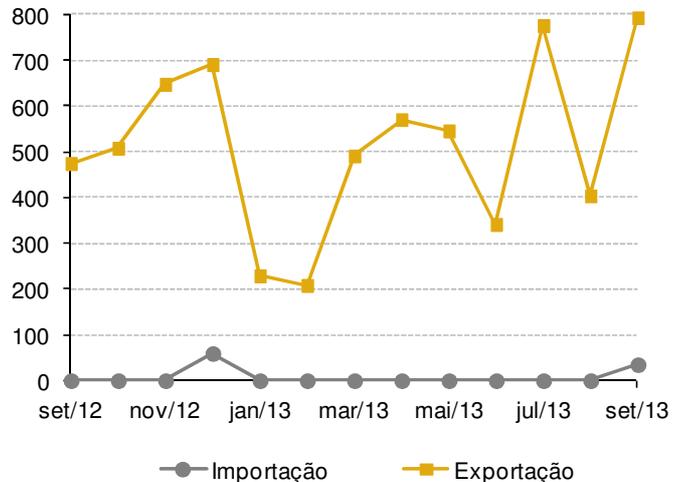
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

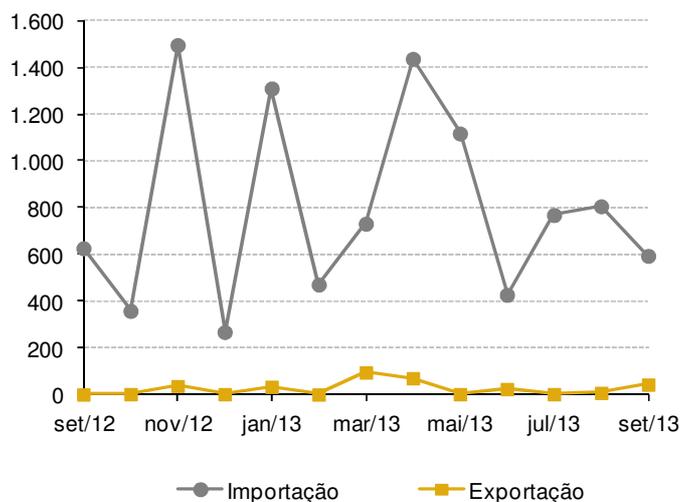


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em setembro de 2013, foi de 12 milhões bep, valor 20% superior ao registrado em setembro do ano anterior. No acumulado do ano, a importação de derivados de petróleo apresentou um crescimento de 18%.

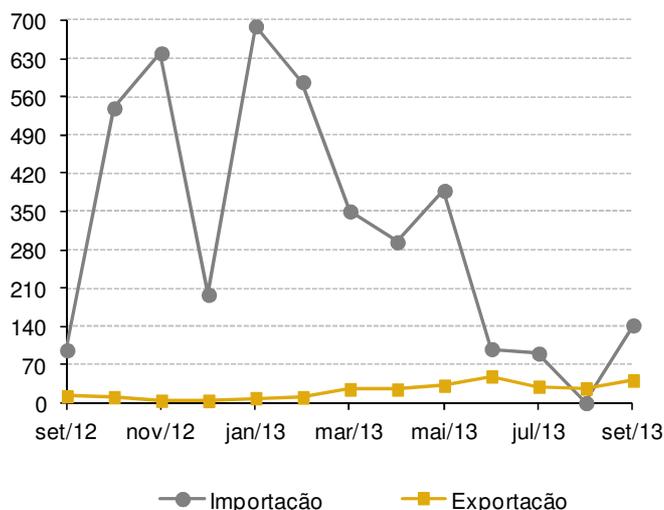
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em setembro de 2013, foi constatado um total de 11 milhões bep, o que representa um volume 56% superior ao mesmo mês de 2012. O volume foi 5% inferior na análise do acumulado do ano.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP).

Em setembro de 2013, o Brasil registrou uma dependência externa de -14% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação líquida de petróleo e derivados foi de -8 milhões de bep frente a um consumo aparente de 57 milhões de bep. Em setembro de 2012, a dependência externa foi de -7%. No acumulado do ano de 2013, foi observada uma dependência de 11%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de -7%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Setembro/2012	Jan-Set/2012	Setembro/2013	Jan-Set/2013
Produção de Petróleo (a)	60	585	65	566
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-7	-77	-9	10
Imp. Líq. de Derivados (c)	3	39	1	63
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	56	548	57	639
Dependência Externa (e)=(d-a)	-4	-38	-8	73
Dependência Externa (%) (e)/(d)	-7	-7	-14	11

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em setembro de 2013, apresentou saldo de US\$ 446 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 458 milhões FOB a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ 241 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 11 bilhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Setembro/2012	Jan-Set/2012	Setembro/2013	Jan-Set/2013
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.497	15.627	1.554	8.631
Dispêndio com importação (b)	998	10.200	884	12.164
Balança Comercial (c)=(a-b)	499	5.427	670	-3.533
Derivados				
Receita com exportação (d)	759	8.216	1.074	7.500
Dispêndio com importação (e)	1.017	13.050	1.298	14.894
Balança Comercial (f)=(d-e)	-257	-4.834	-223	-7.394
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.256	23.842	2.628	16.131
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.015	23.250	2.182	27.058
Balança Total (i)=(g)-(h)	241	593	446	-10.927

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

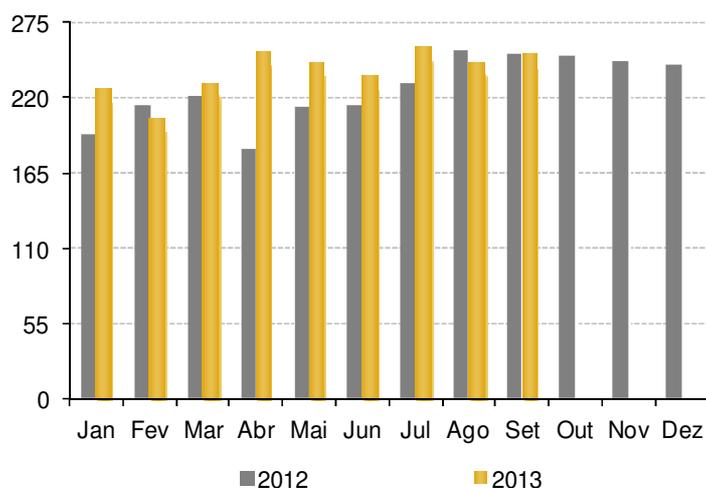
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP).

A produção nacional de biodiesel, em setembro de 2013, foi de 253 mil m³, montante similar ao produzido em setembro de 2012. No acumulado do ano, a produção foi 9% superior.

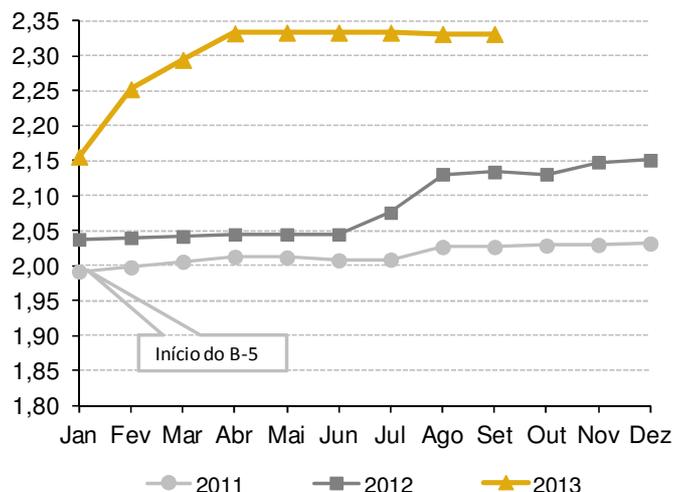
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em setembro de 2013, foi de R\$ 2,33/ℓ, valor 9% superior ao observado em setembro de 2012.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2013/2014 produziu, até o dia 31 de agosto de 2013, 15.629 mil m³ de álcool, sendo 9.070 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (58%). Em relação ao mesmo período da safra 2012/2013, houve um aumento de 20% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 27% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool anidro e álcool hidratado.

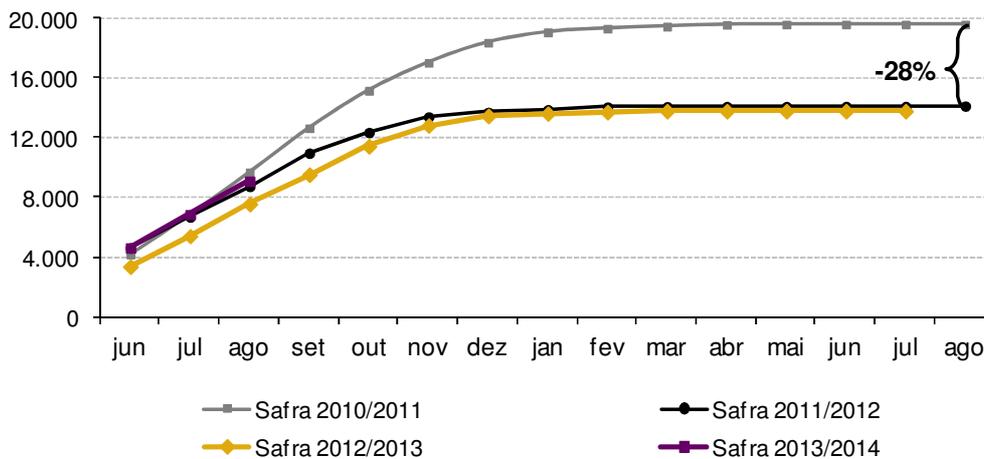
A produção de açúcar apresentou alta. Até 31 de agosto de 2013, produziu-se 19,6 milhões de toneladas de açúcar, volume 5% superior ao observado no mesmo período da safra 2012/2013.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2012/2013 (até 31 de agosto de 2012)	Safra 2013/2014 (até 31 de agosto de 2013)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	4.728	6.559	39
Álcool Hidratado (mil m ³)	7.540	9.070	20
Total Álcool (mil m³)	12.268	15.629	27
Açúcar (mil ton)	18.665	19.621	5

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



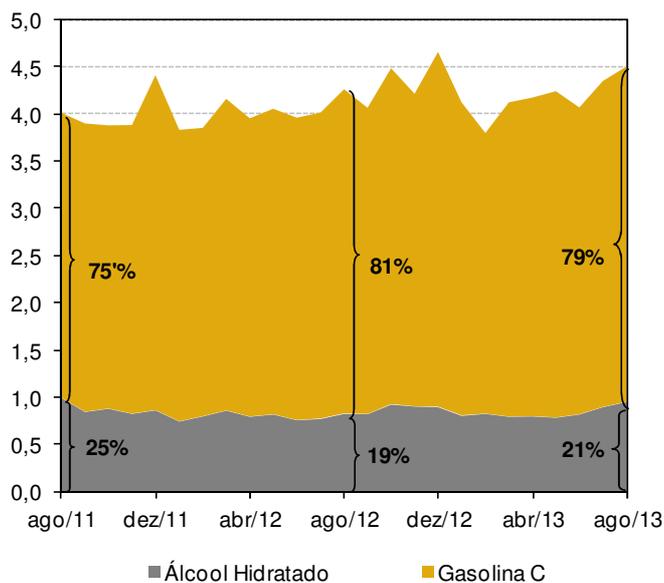
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 944 mil m³ em agosto de 2013. Esse número representa um aumento de 15% em relação ao volume vendido em agosto de 2012. No acumulado do ano, as vendas foram 5% superiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

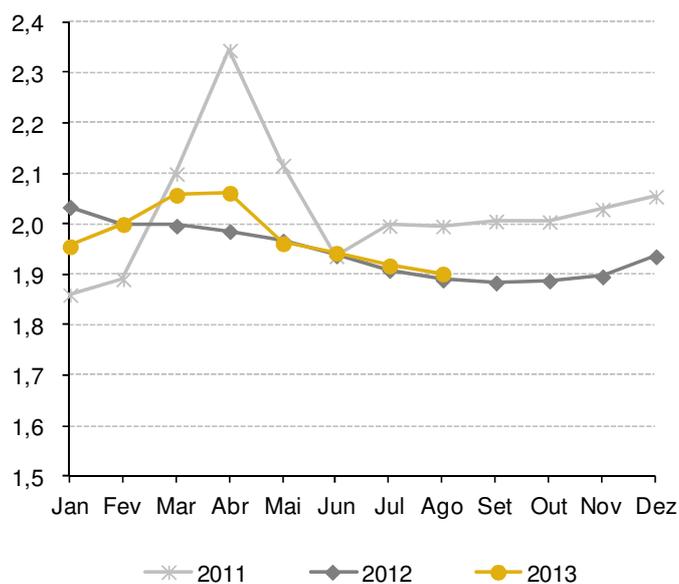
Em agosto de 2013, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 1,90/ℓ, valor 1% superior ao registrado em agosto de 2012.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



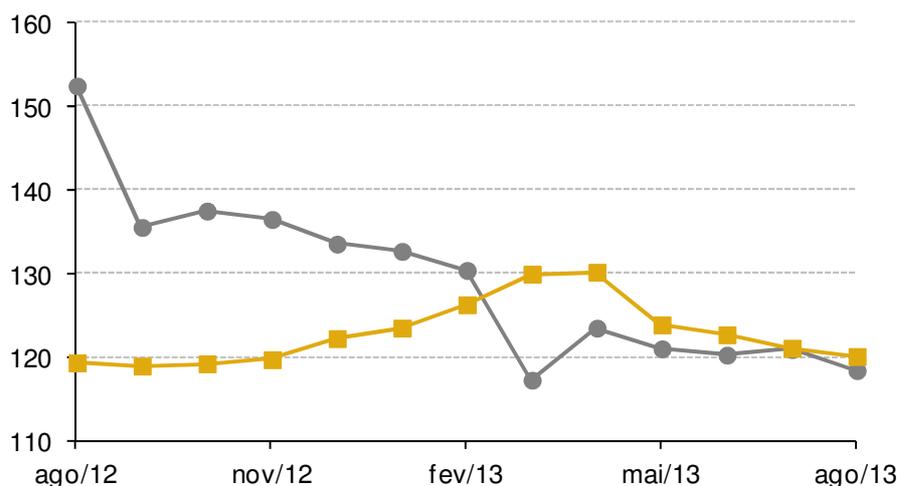
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Alcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em setembro de 2013, foi de 78.144 mil m³, representando um aumento de 9% comparado à média verificada em setembro de 2012. No acumulado do ano, a produção de gás natural foi 11% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em setembro de 2013, foi de 46.891 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 99.810 mil m³/dia. Este montante é 12% superior ao observado em setembro de 2012. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 27% superior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 32% em setembro de 2013. Em setembro de 2012, essa proporção havia sido de 34%.

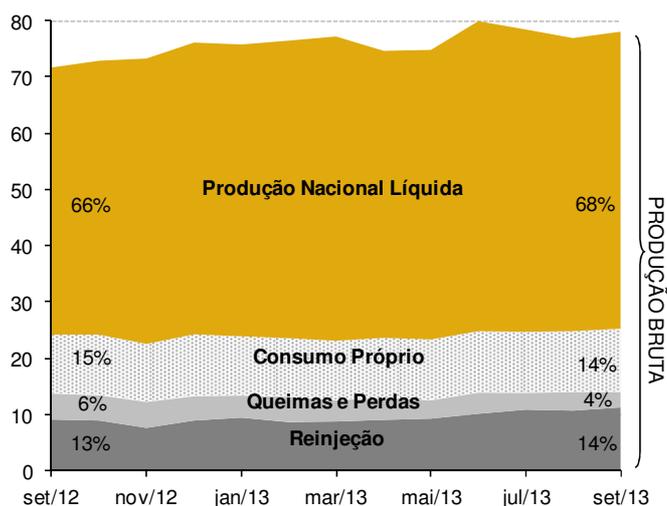
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Setembro/2012	Média do período Jan-Set/2012	Média em Setembro/2013	Média do período Jan-Set/2013
Produção Nacional¹	71.743	69.629	78.144	76.979
- Reinação	9.151	10.094	11.287	9.837
- Queimas e Perdas	4.561	3.789	2.733	3.535
- Consumo Próprio	10.463	10.587	11.204	10.733
= Produção Nac. Líquida	47.569	45.159	52.919	52.874
+ Importação	41.725	33.053	46.891	46.706
= Oferta	89.294	78.212	99.810	99.580

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

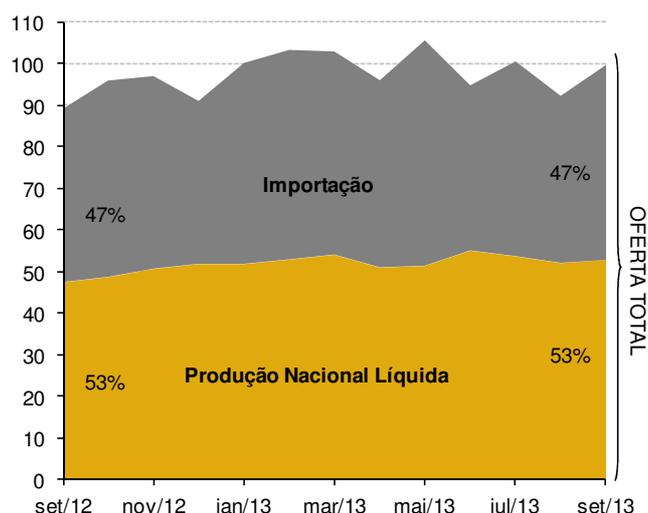
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



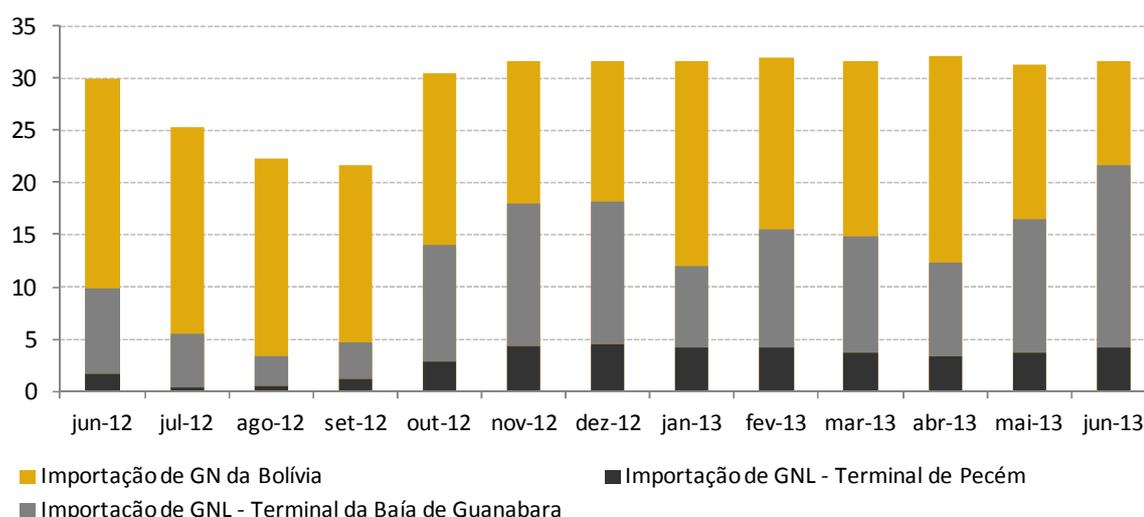
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

Até o fechamento desta edição o Ministério de Minas e Energia (MME) não havia divulgado os dados referentes a importação de gás natural. Segue as últimas informações disponíveis.

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em junho de 2013, foi de 32 milhões de m³/dia, volume 27% superior ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, a importação média foi de 32 milhões de m³/dia, volume 18% superior ao importado no mesmo período de 2012. Em junho de 2013, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 17 milhões m³/dia, o triplo do montante observado em junho de 2012. De janeiro a junho de 2013, a importação média de GNL foi de 16 milhões m³/dia. No mesmo período de 2012, a importação média havia sido um terço da observada em 2013.

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em setembro de 2013 foi, em média, de 62 milhões de m³/dia. Essa média é 2% inferior ao volume médio diário consumido em setembro de 2012. No acumulado do ano, o consumo apresentou crescimento de 31%.

O setor industrial, em setembro de 2013, consumiu 29 milhões de m³/dia de gás natural, sendo 2% inferior ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial apresentou queda de 2%.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Setembro/2013	Jan-Set/2013	Set-2013/ Set-2012	Acumulado do Ano
Industrial	28.752	28.214	-2	-2
Automotivo	5.165	5.088	-5	-4
Residencial	1.140	995	13	8
Comercial	770	736	2	3
Geração Elétrica	22.082	27.050	7	121
Co-geração*	2.465	2.498	-12	-17
Outros	2.109	3.874	-44	180
Total	62.483	68.455	-2	31

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

A manutenção do despacho das térmicas a gás para assegurar o suprimento de energia elétrica do País ancorou o aumento do consumo de gás natural no período. As térmicas utilizaram, em média, 27,1 milhões de metros cúbicos por dia de janeiro a setembro de 2013, volume 121% superior em relação ao mesmo período do ano anterior.

O setor da indústria foi responsável por 46% do consumo de gás natural em setembro de 2013. O setor foi seguido pela geração elétrica, responsável por 35% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

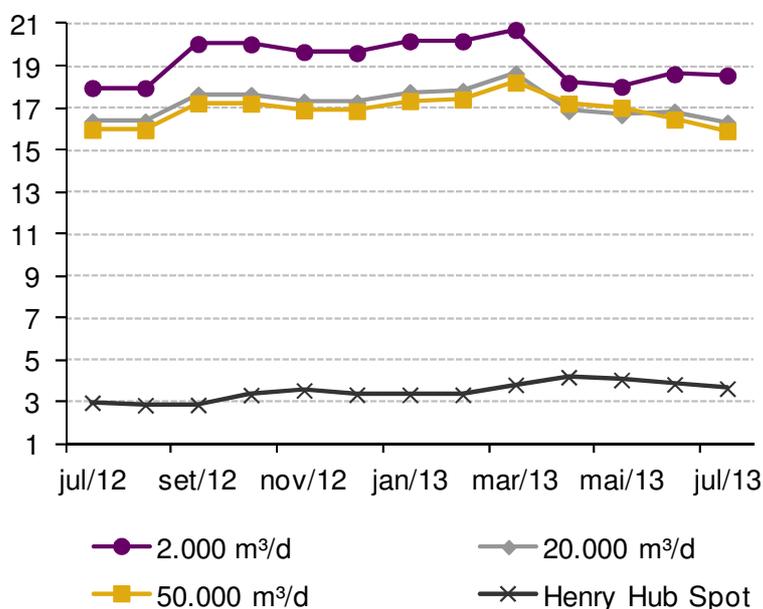
4.4. Preço do Gás Natural (MME).

Até o fechamento desta edição o Ministério de Minas e Energia (MME) não havia divulgado os dados referentes ao preço do gás natural. Segue as últimas informações disponíveis.

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em julho de 2013, foi de US\$ 16,92/MMBTU, valor 1% superior ao apresentado em julho de 2012 (US\$ 16,76/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em julho de 2013, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,63/MMBTU, valor 53% superior ao apresentado em julho de 2012 (US\$ 2,95/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

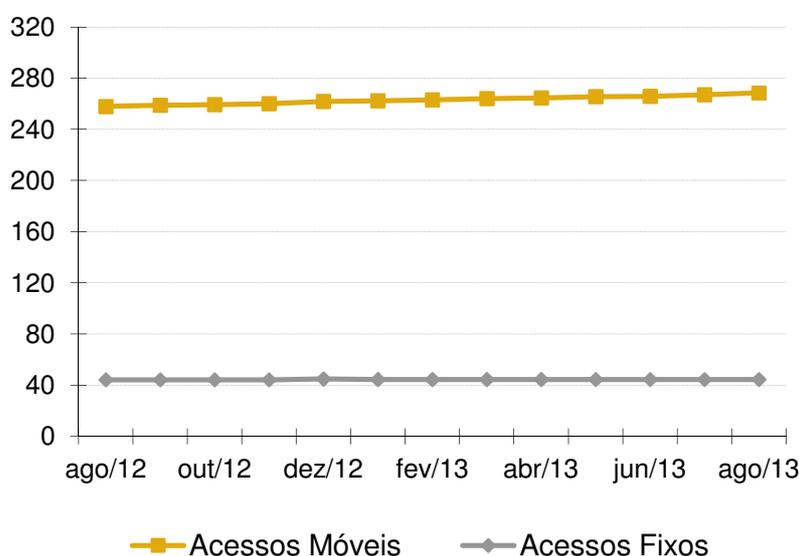
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em agosto de 2013, o número de acessos móveis em operação foi de 268 milhões, montante 4% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,3% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em agosto de 2013, o número de acessos fixos foi de 44,4 milhões, valor próximo ao averiguado em agosto de 2012.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação
(milhão)



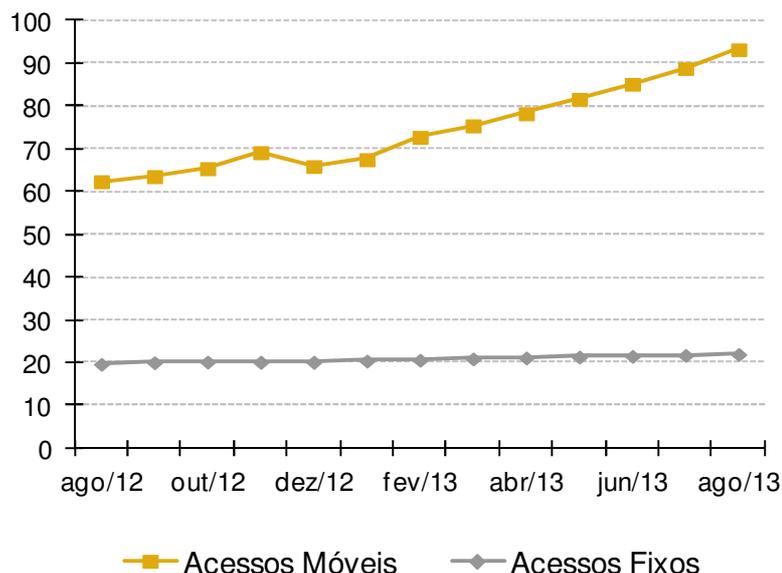
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em agosto de 2013 foi de 93,3 milhões, montante 49% superior ao observado no mesmo período de 2012. Em relação a julho de 2013, os acessos de internet móvel foram 5% superiores. Uma pequena parcela desse crescimento se deve à entrada dos dados da rede LTE (4G) que passou a operar desde o início de maio.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de agosto de 2013, um crescimento de 12% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a julho de 2013, os acessos a internet fixa foram 1% superiores.

Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

¹ WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel

² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em agosto de 2013, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve um aumento de 2% em relação a agosto de 2012, e a movimentação de granel líquido foi 9% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em agosto de 2013, foi 3% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em agosto de 2013, os TUPs representaram 66% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 49.802 mil toneladas, volume 1% superior ao de agosto de 2012. Os portos públicos movimentaram 25.446 mil toneladas em agosto de 2013, volume 7% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em agosto de 2013 foi de 794,584 TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 10% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

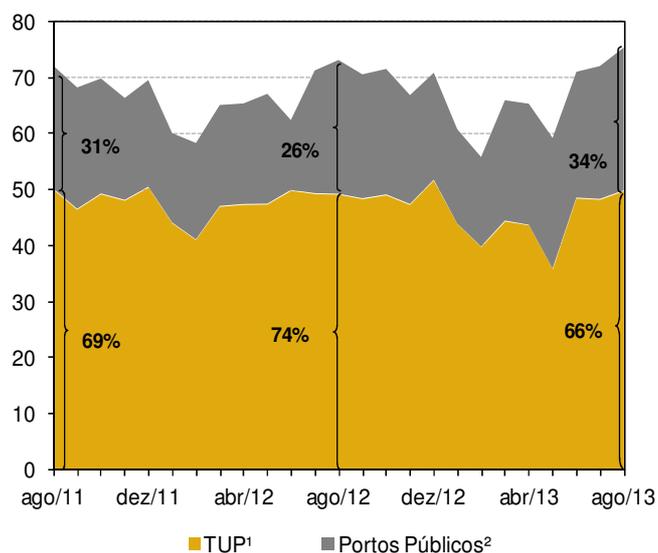
	Período		Varição %
	Ago/2012	Ago/2013	Ago-2013 / Ago-2012
Granel Sólido (a)	52.451	53.732	2%
<i>Portos Públicos</i>	18.845	19.785	5%
<i>TUPs</i>	33.607	33.947	1%
Granel Líquido (b)	17.006	18.596	9%
<i>Portos Públicos</i>	3.966	4.511	14%
<i>TUPs</i>	13.040	14.085	8%
Carga Geral Solta (c)	3.583	2.920	-18%
<i>Portos Públicos</i>	1.061	1.150	8%
<i>TUPs</i>	2.522	1.770	-30%
Total (a+b+c)	73.040	75.248	3%
<i>Portos Públicos</i>	23.871	25.446	7%
<i>TUPs</i>	49.169	49.802	1%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (96 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

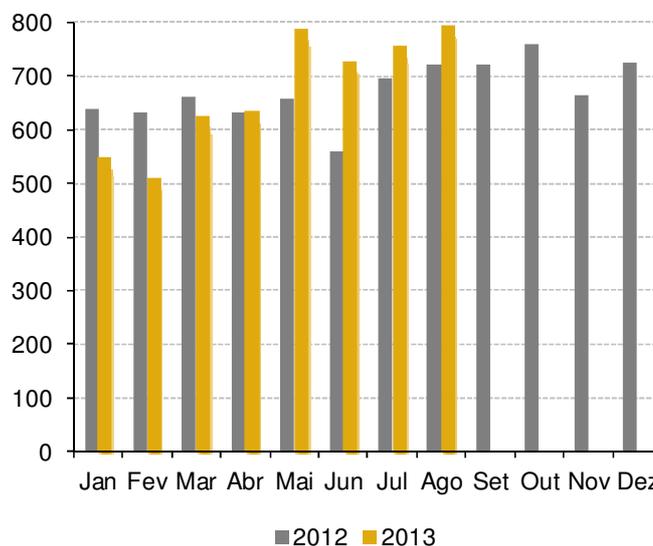


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações)

² Portos públicos (32 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações)

² Portos públicos (32 instalações)

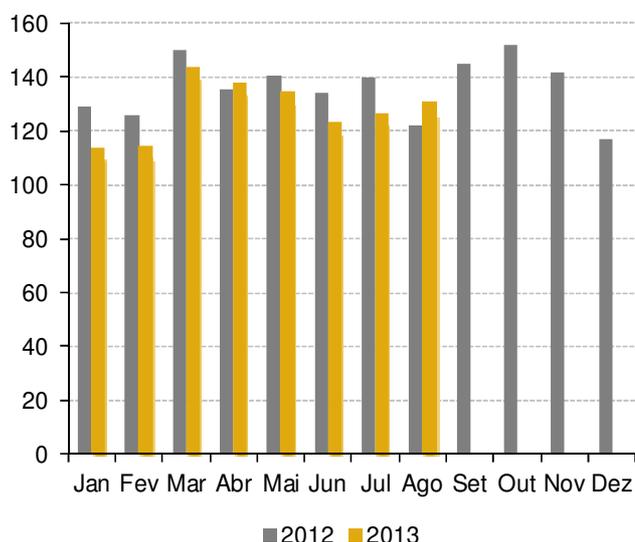
6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Devido às concessões dos aeroportos a Infraero reformulou a metodologia de coleta de dados. Seguem as informações referentes a Infraero Cargo junto as informações disponibilizadas pelas concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília.

Em agosto de 2013, 16,6 milhões de passageiros transitaram pelos principais aeroportos brasileiros, volume 2% superior ao ocorrido no mesmo mês de 2012.

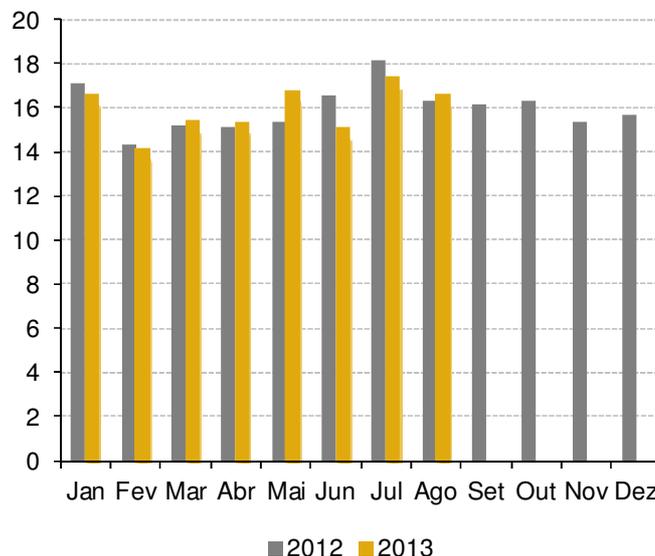
A movimentação de carga aérea total no País, em agosto de 2013, foi de 130 mil toneladas, montante 7% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros
(mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a agosto de 2013, foi de 304 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 1% superior ao observado no mesmo intervalo de 2012. Nesse período, a movimentação de produção agrícola foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (30%). O minério de ferro correspondeu a 77% do total movimentado entre janeiro e agosto de 2013.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Ago

Ano	2013	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan-Ago (mil TU)	Jan-Ago (mil TU)	acum-13/ acum-12
Minério de Ferro	234.156	227.790	3
Soja e Farelo de Soja	17.484	18.821	-7
Produção Agrícola (exceto soja)	11.863	9.110	30
Indústria Siderúrgica	9.577	11.068	-13
Carvão/Coque	7.604	7.425	2
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	6.128	6.531	-6
Grãos Minerais	5.155	6.255	-18
Extração Vegetal e Celulose	3.246	3.009	8
Azubos e Fertilizantes	2.890	3.667	-21
Indústria Cimenteira e Construção Civil	2.280	3.103	-27
Cimento	1.954	2.006	-3
Conteiner	1.915	1.631	17
Carga Geral - Não Containerizada	143	165	-13
Total	304.395	300.580	1

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em agosto de 2013, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 67 milhões de toneladas, montante 11% superior ao averiguado em agosto do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	Ago/2013	Jan-Ago/2013	Ago-2013 / Ago-2012	Acumulado do ano
Marítimo	63.702	435.067	12	5
Fluvial	1.617	10.961	-9	17
Aéreo	111	900	-4	-4
Ferrovário	53	400	-7	-1
Rodoviário	1.037	7.609	10	7
Outros*	961	8.059	46	33
Total	67.482	462.996	11	6

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Até o fechamento desta edição o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) não havia divulgado os dados referentes ao desembolso mensal em infraestrutura. Segue as últimas informações disponíveis. Em julho de 2013, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 4,3 bilhões, valor 27% inferior ao aportado em julho de 2012.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Julho/2012 R\$ milhão	Julho/2013 R\$ milhão	Participação %
Refino e Álcool	3.334	487	11
Energia Elétrica e Gás Natural	674	865	20
Saneamento	61	102	2
Telecomunicações	199	209	5
Transporte	1.522	2.635	61
<i>Aéreo</i>	<i>1</i>	<i>367</i>	-
<i>Aquaviário</i>	<i>95</i>	<i>93</i>	-
<i>Terrestre</i>	<i>1.426</i>	<i>2.175</i>	-
Total Infraestrutura	5.791	4.299	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2013 foi de, aproximadamente, R\$ 2,3 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 91 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 4% do orçamento total de 2013.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 15,5 bilhões o que representa 17% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2013, foram empenhados R\$ 42 bilhões, o que representa 46% da dotação autorizada. Até o dia 30 de outubro, foram liquidados R\$ 11,6 bilhões e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 10,9 bilhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 37,8 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 15,5 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2013, foram empenhados R\$ 10 bilhões (62% da dotação). Até o dia 30 de outubro, foram liquidados R\$ 2,2 bilhão e pagos do orçamento R\$ 2,1 bilhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 7,9 bilhões.

Cerca de 80% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 12,4 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,1 bilhões, ou 14%), hidroviário (R\$ 288 milhões) e outros (R\$ 688 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2013, cerca de R\$ 112 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 4,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 12,8 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 67,3 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2013.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 46% foram pagos até 30 de outubro (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 39% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2013, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 61,8 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 28% no Ministério das Cidades (R\$ 17,3 bilhões) e 25% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,2 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 41 bilhões (67% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 13,7 bilhões até 30 de outubro. O pagamento realizado foi de R\$ 13 bilhões. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 23 bilhões. Restam R\$ 28 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 25/09/2013*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.529	183	12	30	2	29	2	141	171	603
MAPA	1.408	412	29	28	2	15	1	529	544	584
MCTI	1.603	529	33	234	15	211	13	452	663	631
MDIC	233	79	34	23	10	23	10	36	59	43
MME	215	47	22	16	7	15	7	46	61	11
M. Transportes	15.484	9.543	62	2.215	14	2.119	14	5.750	7.869	6.617
M. Comunicações	210	62	29	3	2	3	2	47	50	80
MMA	196	102	52	11	6	8	4	60	69	28
MDA	4.357	3.036	70	364	8	294	7	1.056	1.350	885
M. Defesa	9.805	7.126	73	3.289	34	3.255	33	3.958	7.213	3.027
M. Int. Nacional	8.000	4.362	55	1.516	19	1.469	18	2.237	3.706	3.517
M. das Cidades	9.444	3.267	35	433	5	433	5	2.447	2.880	9.847
Outros**	38.536	13.291	34	3.469	9	3.005	8	10.170	13.174	16.578
Total	91.018	42.039	46	11.632	13	10.881	12	26.929	37.809	42.452

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2013 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 31/10/2013*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	2.143	929	43	569	27	568	27	1.085	1.653	902
Hidroviário	288	89	31	0	0	0	0	31	31	243
Rodoviário	12.365	8.224	67	1.590	13	1.497	12	5.905	7.402	5.138
Outros	688	282	41	55	8	54	8	281	335	334
Total	15.484	9.523	62	2.215	14	2.119	14	7.302	9.420	6.617

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2013

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 31/10/2013* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	112	-3	38	70
União	4.694	-570	1.234	2.890

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-Processados

Valores em final de período - atualizados até 31/10/2013* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	12.765	-504	5.712	6.547
União	67.282	-2.025	25.695	39.562

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/10/2013*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	3.246	1.744	54	0	0	0	0	922	922	399
M. Planejamento	2	1	35	0	23	0	23	0	1	0
MCTI	88	24	27	16	18	16	18	17	33	78
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	160	160	0
MEC	5.270	2.693	51	618	12	368	7	1.315	1.683	1.926
M. Minas e Energia	376	268	71	85	23	80	21	146	226	75
M. Saúde	2.805	1.287	46	685	24	609	22	800	1.409	2.550
M. Transportes	15.165	10.221	67	2.243	15	2.149	14	5.869	8.018	6.405
M. Cultura	831	356	43	85	10	85	10	143	228	144
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	7	7	0
MDA	3.459	2.786	81	0	0	0	0	808	808	452
M. Defesa	4.207	4.233	101	2.157	51	2.149	51	1.894	4.043	2.025
M. Integr. Nacional	5.687	3.712	65	1.428	25	1.387	24	1.820	3.207	1.859
M. Turismo	697	697	100	0	0	0	0	0	0	0
M. Desenv. Social	823	0	0	0	0	0	0	297	297	8
M. Cidades	17.321	12.533	72	4.781	28	4.780	28	9.208	13.988	12.356
Total	61.844	41.185	67	13.735	22	13.048	21	23.429	36.477	28.277

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Documento elaborado com dados disponíveis até 6 de novembro de 2013.